

Celso de Rui Beisiegel. *Política e educação popular; a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982, 304 p.

Originalmente tese apresentada ao concurso de livre-docência em Sociologia da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, é o livro mais completo e mais bem documentado sobre o pensamento e a atuação de Paulo Freire desde o final dos anos de 1950 até o golpe militar de 1964. No Capítulo I, “Educação e realidade brasileira”, aborda o papel da educação no desenvolvimento nacional, na perspectiva da construção da democracia, apresentado por Paulo Freire em *Educação e atualidade brasileira*, tese apresentada para o concurso da cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco em 1959. Coteja esse entendimento com as obras referidas pelo autor, em especial aquelas produzidas no âmbito do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ao lado das demais obras clássicas sobre o Brasil produzidas até então.

O capítulo II, “Em busca de uma educação conscientizadora” resume a crítica à educação escolar brasileira assumida por Paulo Freire a partir dos trabalhos de Anísio Teixeira, explora o binômio *educação e participação*, com base no diálogo, para a construção de uma nova fase do desenvolvimento e apresenta as primeiras idéias da proposta de uma educação “conscientizadora”, experimentada já nos anos de 1950, no SESI – Serviço Social da Indústria, mas também a experiências com escolas do bairro de Casa Amarela, no Recife, e sua participação no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958, no qual defende um novo entendimento da alfabetização. Segue mostrando a atuação de Paulo Freire no MCP – Movimento de Cultura Popular, criado no Recife em 1961, seu Projeto de Educação de Adultos e a primeira experiência de alfabetização usando material visual, no Centro Dona Olegarinha. O “método de alfabetização e conscientização”, tal como foi concebido e aplicado na experiência de Angicos, no Rio Grande do Norte (elaboração das fichas de cultura, levantamento do universo vocabular, escolha das palavras geradoras, círculos de cultura) é apresentado tomando como base o artigo “Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo”, publicado por Paulo Freire em *Estudos Universitários*, periódico da então Universidade de Recife, e analisado pelo diário da experiência escrito por Carlos Lyra (posteriormente publicado em *As quarenta horas de Angicos*). Na seção “Conscientização e política” é longamente discutida a questão do “diretívismo”, entendido como imposição de idéias e sugestão de práticas aos adultos que se alfabetizavam, e a importância do “diálogo” como procedimento pedagógico fundamental no “método”, a partir da projeção das palavras geradoras, que evocavam “situações existenciais”. Essa discussão é importante, pois coloca em termos concretos a orientação fundamental do “método”, mesmo que não exatamente seguida pelos coordenadores dos debates nos círculos de cultura.

É importante também na medida em que coloca nos devidos termos o caráter “revolucionário” dos movimentos de cultura e de educação popular do período, o que vai ser estudado por Beisiegel no Capítulo III – “Política e educação popular no Brasil”. Segundo ele, mesmo levando em conta as eventuais limitações do referencial teórico, mas considerando sobretudo as condições concretas da realidade no período, “é inegável que esta prática educativa poderia vir a atuar como um dentre os fatores de explicitação das potencialidades transformadoras, inerentes às condições da existência popular no país” (p.

194). E acrescenta: “... o processo educativo então desenvolvido por Paulo Freire surgia como expressão educacional de um projeto político.” (p. 198), que se aliava não só com outras experiências educativas, mas também com as “ligas camponesas” e os sindicatos. Essas colocações são exploradas à luz da experiência de Angicos, financiada pela Aliança para o Progresso, e a escalada do “método” em plano nacional até a elaboração do PNA - Plano Nacional de Alfabetização, que pretendia alfabetizar cinco milhões de adultos em dois anos, ação considerada fundamental para mudar a correlação de forças políticas pelo voto, “arma do povo” (até a Constituição de 1988, os analfabetos não podiam votar). Beisiegel explora a relativa mudança de orientação na discussão das fichas de cultura e nos debates das situações introduzidas pelas palavras geradoras, historia o início da implantação do PNA, nos primeiros meses de 1964, e sua interrupção após o golpe militar de 31 de março.

Na conclusão – “A conscientização do educador”, Beisiegel amarra as discussões anteriores, explorando o livro *Educação como prática da liberdade*, de Paulo Freire, publicado em 1947 pela Editora Paz e Terra, e *Pedagogia do Oprimido*, escrito no Chile e publicado em 1970, no qual aprofunda a concepção de “educação problematizadora”, aproximando-se do referencial marxista.

Embora a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil, do final dos anos de 1950 a meados dos anos de 1960, feita no livro *Política e educação popular*, seja norteadas pelos escritos mais importantes de Paulo Freire no período e imediatamente após ele, é enriquecida sobremaneira por numerosas entrevistas feitas pelo autor, inclusive com o próprio Paulo Freire.